

FHC prepara debate sobre o teto salarial

João Domingos
de Brasília

Assim que a Câmara e o Senado escolherem seus novos presidentes, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso pretende procurá-los para novamente dar início às conversações em torno de um acordo para o teto salarial do funcionalismo público, anunciam assessores do Palácio do Planalto. O acordo terá de ser assinado também pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que até maio será o ministro Carlos Velloso. Atualmente não há teto. A anarquia salarial tomou conta das folhas de pagamento,

Planalto espera definição do quadro sucessório na Câmara e no Senado para tentar acordo entre os Poderes; os R\$ 17 mil desejados pelo Judiciário e o subteto ainda são entraves

porque sem regras, muitos subalternos recebem mais que seus chefes, devido a vantagens diversas.

A experiência tem mostrado que o acordo para se fixar o teto salarial dos servidores é muito difícil. Todas as reuniões feitas até agora pelos presidentes dos três Poderes tiveram resultado nulo. Em alguns casos, provocaram grandes desavenças. No ano passado, por exemplo, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e o ministro Carlos Vel-

oso trocaram tantos insultos por causa do teto, que ficaram um bom tempo sem se falar. Agora, estão bem de novo. Antonio Carlos e o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), estiveram ontem com Velloso. Não para tratar de teto, mas para homenageá-lo com uma medalha.

Os presidentes dos Poderes não se entendem sobre o valor máximo do salário a ser pago ao funcionalismo porque cada um costuma defender uma quantia. O Executivo, por

exemplo, vinha pregando o teto de R\$ 11,5 mil; o Legislativo e o Judiciário, de R\$ 12,72 mil. Só que agora o ministro Carlos Velloso, que promete como último ato de sua administração a lei fixando o teto, quer R\$ 17 mil para os ministros do STF. De acordo com a Constituição, o salário do ministro do Supremo Tribunal deve ser o maior, não podendo ninguém superá-lo.

Acontece que existem outros problemas políticos a serem resolvidos

antes do acordo final sobre o teto. O principal deles está no Congresso. O projeto de lei que autoriza os governadores e os prefeitos a adotarem subtetos para conter a alta de salários em suas administrações cria uma série de privilégios para deputados federais e estaduais, senadores, vereadores e militares.

O projeto de emenda constitucional do subteto, que já está pronto para ser votado pelo plenário da Câmara, tem sido condenado pelo gover-

no. O Palácio do Planalto considera que o relator, o deputado tucano Vicente Arruda (CE), deixou brechas demais para que o teto seja burlado. Por sua vez, Arruda afirma que se não excluir os parlamentares do teto, o projeto jamais será aprovado.

Com a reforma administrativa aprovada em 1998, tudo o que o parlamentar recebe foi incluído em subsídios, inclusive as vantagens. Desse modo, quando o projeto do teto chegar ao Congresso, passagens aéreas, franquias para telefone e fotocópias e uso da internet pelos parlamentares poderá ser incluída na lista dos subsídios. Para o relator do projeto, corre-se o risco de algum parlamentar não receber nenhum tostão de salário se as vantagens entrarem nos subsídios.

Outro problema que envolve os parlamentares é o da aposentadoria. De acordo com a reforma administrativa, os vencimentos devem ser somados às pensões e aposentadorias. Se estivesse valendo o teto de R\$ 11,5 mil, por exemplo, o senador José Sarney (PMDB-AP) não receberia nada por ser parlamentar e ainda teria de devolver algum dinheiro de suas aposentadorias. Ele tem benefícios por ter sido presidente da República, governador e funcionário do Tribunal de Justiça do Maranhão. Antonio Carlos Magalhães é aposentado como professor da Universidade Federal da Bahia, mas seus ganhos ultrapassam pouco mais de R\$ 1 mil.